

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO N.º , DE DE DE 2011.

O Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º xxx, de xx de xxxxxxxx de 2011, e

Considerando que compete à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na Política Energética Nacional, conforme artigo 8º, inciso I, da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997;

Considerando a publicação da Medida Provisória nº 532, de 28 de abril de 2011, que alterou a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, atribuindo à ANP a regulação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do etanol;

Considerando que a gasolina destinada ao abastecimento de veículos automotores no território nacional, de acordo com o artigo 9º da Lei Federal n.º 8.723, de 28 de outubro de 1993, é constituída de percentual de etanol anidro combustível definido pelo Poder Executivo;

Considerando que a garantia do fornecimento da gasolina C em todo o território nacional depende do regular fornecimento do etanol anidro combustível; e

Considerando que as aquisições de etanol anidro combustível pelas empresas distribuidoras devem estar sujeitas a controle semelhante ao dado às aquisições de gasolina A, torna público o seguinte ato:

Art. 1º A aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor deverá ser feita sob regime de compra direta ou contrato de fornecimento com o fornecedor desse produto.

Art. 2º Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de compra direta com o fornecedor, o distribuidor deverá encaminhar à ANP, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a relação de notas fiscais de compra de etanol anidro, para a comercialização de gasolina C no mês subsequente, por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.anp.gov.br, observado o § 3º do art. 4º desta Resolução.

Art. 3º Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento com o fornecedor, o distribuidor deverá protocolar na ANP cópia autenticada do extrato de contrato, até 1º de março de cada ano, com vistas à prévia homologação, constando o volume anual de etanol anidro combustível contratado, por fornecedor de etanol, e a vigência do contrato, observado o § 3º do art. 4º desta Resolução.

§ 1º O contrato poderá ser firmado pela matriz de fornecedor autorizado pela ANP.

§ 2º O contrato deverá ter vigência, mínima, periódica de 1 (um) ano, fixada entre 1º de abril, do ano vigente, e 31 de março do ano subsequente.

§ 3º Nos casos de contratos com vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser

protocolizados na ANP, anualmente, cópia autenticada do extrato do contrato, observado o *caput* deste artigo.

Art. 4º O produtor de gasolina A não poderá dar início ao fornecimento desse produto antes da anuência da ANP referente à aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor, sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor.

§ 1º No caso de aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de compra direta, a ANP comunicará aos produtores de gasolina A, mensalmente, até o último dia do mês, a anuência para aquisição desse produto pelos distribuidores, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 2º No caso de aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento, a ANP comunicará aos produtores de gasolina A, até o dia 25 de março de cada ano, a anuência para aquisição desse produto pelos distribuidores, até o dia 31 de março do ano subsequente, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 3º A não comprovação de aquisição de etanol anidro combustível sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor, para atendimento ao percentual de mistura obrigatória vigente, compatível com a comercialização de gasolina C no mesmo período do ano anterior, acarretará a suspensão do fornecimento de gasolina A, por todos os produtores, a partir do 1º dia do mês subsequente, até a sua regularização.

§ 4º A ANP poderá, de forma motivada, em função da variação de demanda de gasolina C no mercado interno, ou problemas operacionais do distribuidor, homologar volumes de etanol anidro combustível inferiores aos previstos no parágrafo anterior.

Art. 5º Em caso de alteração contratual, deverá ser protocolizado na ANP, pelo distribuidor, novo extrato de contrato, para fins de homologação, e em caso de rescisão de contrato, a ANP deverá ser comunicada, imediatamente, por meio de ofício, pelo fornecedor de etanol anidro combustível.

Art. 6º O produtor de etanol anidro deverá possuir, em 1º de março de cada ano, estoque em volume compatível com, no mínimo, 8% (oito por cento) de sua produção de etanol anidro no período de abril, do ano anterior, a fevereiro do ano corrente, conforme informações disponibilizadas pelo "Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP", nos termos da Resolução ANP nº 17, de 31 de agosto de 2004, ou outro sistema eletrônico disponibilizado pela ANP, a fim de garantir o suprimento deste produto no período de entressafra da cana-de-açúcar.

Art. 7º O distribuidor de combustíveis automotivos deverá possuir em 1º de março de cada ano, estoque de etanol anidro combustível, em volume compatível com, no mínimo, 15 (quinze) dias de sua comercialização média de gasolina C, no período anterior de novembro a janeiro, a fim de garantir o suprimento deste produto no período de entressafra da cana-de-açúcar, podendo armazená-lo em instalações próprias ou de fornecedor de etanol.

Art. 8º Em cumprimento a diretrizes emanadas pelo Governo Federal ou pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, entidades do governo federal e/ou empresa pública federal poderão adquirir etanol combustível durante o período de safra da cana-de-açúcar

e comercializá-lo durante o período da entressafra da cana-de-açúcar, a fim de garantir o suprimento deste produto.

Das Disposições Transitórias

Art. 9º O disposto no § 2º do art. 3º passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2012.

Art. 10 O distribuidor de combustível automotivo que possuir contrato de etanol anidro combustível firmado até a data de publicação desta Resolução ou firmar contrato durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias estabelecido no art. 12º, deverá encaminhar para a ANP extrato do contrato, constando o volume contratado e sua vigência.

Parágrafo único. Para efeito de análise da validade destes contratos, a ANP considerará a vigência até 31 de março de 2012, independente de prazos superiores estabelecidos nestes contratos.

Das Disposições Finais

Art. 11 O não atendimento às disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999, e no Decreto n.º 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação no Diário Oficial da União, com exceção das normas que integram as Disposições Transitórias.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA